

## ***Duarte e Silva Advogados Associados***

*Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 05 - Mangabeira, João Pessoa/PB*  
(83) 98832-9676. (83) 99705-5353. (83) 98660-2858.

### **PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"**

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Faísam Jose de Souza TELEFONE 98875-9758  
ESTADO CIVIL Divorciado PROFISSÃO Recebeiro  
CPF 04765356701 RG 1830796 ENDEREÇO R. Vila Nova  
Guararém, s/n, Guararém, CEP 58356-000

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578**, e **ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 06, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

### **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**

**Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.**

João Pires, 05 de fevereiro de 20 19.

(OUTORGANTE) X Faísam Jose de Souza

Scanned with CamScanner





COMPREV PREVIDÊNCIA

09 ABR. 2019

PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA,  
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

68376700

REFERÊNCIA

MAR/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

JAILSON JOSE DE SOUZA

RUA PROJETADA XXXIX, S/N - CENTRO GURINHÉM PB  
58356-000

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
162.001.560.0740.000	000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
V16N119992	24/10/2016	EXT LACR LIGADO	POTENCIAL			
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS	PROXIMA LEITURA		
135	136	1	32	11/04/2019		
HIST. CONS./ANOR. LEIT. I QUALID. AGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.						
FEV/2019	1	PARAMETROS	EXIG.	ANALIS.	CONFORMES	
JAN/2019	3	TURBIDEZ	10	12	12	
DEZ/2018	2	CLORO	14	31	31	
NOV/2018	6	COL. TERMOT	0	0	0	
OUT/2018	1	COR	10	12	12	
SET/2018	1	COL. TOTAIS	14	14	14	
MEDIA(M)	2	DADOS REFERENTES A: JAN/2019				

DATA DA IMPRESSÃO: 12/03/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 11:14:14

DESCRIÇÃO

CONSUMO TOTAL(R\$)

ÁGUA

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

CONSUMO DE ÁGUA

1 M3

37,91

ESGOTO

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 3,51 DÍZ E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

21/03/2019

Total a Pagar:

R\$ 37,91



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: REAL

TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

\*\*\* ACOMPANHE COMO ESTA SENDO APLICADO SEU DINHEIRO \*\*\*

\*\*\* WWW.TRANSPARENCIA.PB.GOV.BR \*\*\*

Scanned with CamScanner



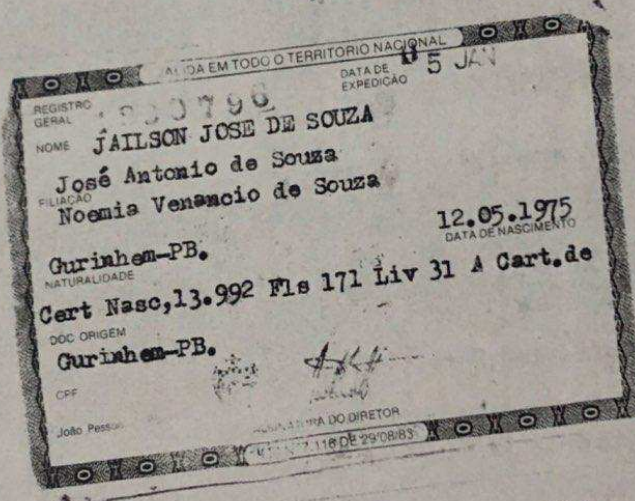
Assinado eletronicamente por: ALEXANDRA CESAR DUARTE - 05/06/2019 11:29:58

http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19060511295848900000021130110

Número do documento: 19060511295848900000021130110

Num. 21751992 - Pág. 2









GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA

## LAUDO MÉDICO

COMPREV  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
09 ABR. 2019  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA

OBS: DADOS EXTRAÍDOS DO BE nº 1138881

PACIENTE: JAILSON JOSE DE SOUZA

DATA DE NASCIMENTO: 12.05.75

Data e Hora do Atendimento: 27.01.19

Horário: 20:10h

**MOTIVO(S) DO ATENDIMENTO:** Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta procedente de Mulungu apresentando quadro de dor no braço e perna direita. Atendido pelo Dr. Bruno Luna Roma CRM 10075, Dr. Geraldo Camilo Neto CRM 8089.

**DIAGNÓSTICO INICIAL:** LUXAÇÃO DA ARTICULAÇÃO GLENOUMERAL + FRATURA DA PERNA DIREITA CID 10 S 43 0, S 82 9

**RESUMO DOS PRINCIPAIS EXAMES E PROCEDIMENTO(S) REALIZADO(S):**  
Primeiro atendimento, avaliação da cirurgia geral, avaliação da traumatologia, Rx de Tórax AP e Perfil, Rx do ombro direito AP e Perfil, Rx da perna direita AP e Perfil, Rx da bacia AP e Perfil, Tomografia computadorizada de abdome e tratamento clínico conservador com tipoia tipo MJ no membro superior direito e tala inguino podálico na perna direita.

**ALTA HOSPITALAR:** Em 27.01.19.

**Data da Emissão:** 28.03.19

DR. GLENDER TERCIO TRINDADE  
AUDITOR CVB/HETSHL  
CRM - 3920

Dr. Glender Tércio G. G. da Trindade  
Médico Auditor - HETSHL  
Mat. 29.031-9/ CRM- 3920

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar  
Para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO  
TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.







## CERTIDÃO

Nº. 0651/2019

Atendendo solicitação de MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA e acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha Ambulatorial nº201012 e Prontuário nº 2018.06.002853 pertencente a **JAILSON JOSE DE SOUZA** que foi atendido dia 28/01/2019 às 06H03min, vítima de queda de moto, apresentando trauma em punho direito e perna direita.

Submetido a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura de tíbia direita. Realizado procedimento cirúrgico dia 07/2/2018 com alta médica dia 08/02/2018.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 19 de abril de 2019

*Rosângela M. Escorel Almeida*  
Médica da Vigilância à Saúde  
CRM-PB 3883

Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 3883

Scanned with CamScanner







**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

Livro nº 001/2019

**Ocorrência nº 062/2019**

Aos VINTE E UM dias de FEVEREIRO de DOIS MIL E DEZENOVE, nesta cidade de Gurinhém-PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr. **LEONARDO GONÇALVES MACIEL PINHO**, Delegado de Polícia Civil, comigo, aí, por volta 15h40min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

**JAILSON JOSE DE SOUZA**, Brasileiro, divorciado, pedreiro, nascido no dia 12/05/1975, com 43 anos de idade, portador dos documentos de identificação RG Nº 1830796 SSP-PB e CPF Nº 047.653.567-01, natural de Gurinhém-PB, filho de Jose Antonio de Souza e de Noemia Venancio de Souza, residente na Vila Nova de Gurinhém-PB (próximo a praça). Contato: (83) 98875-9758.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme a seguir enumerado:

- 01) Natureza do fato:** Acidente Automobilístico.
- 02) Data do fato:** 27/01/2019;
- 03) Hora do fato:** 16:30 horas;
- 04) Local do fato:** Sítio Umbuca, Mulungu-PB;
- 05) Noticiado:** Prejudicado.

**06) Histórico:**

Afirma a NOTICIANTE que no dia 27/01/2019, por volta das 16:30 horas, se envolveu em um acidente de moto na zona rural do município de Mulungu-PB; Que vinha conduzindo sua motocicleta: HONDA XRE 300, ANO: 2012, COR: VERMELHA, PLACA: OFB 0506-PB, CHASSI: 9C2ND0910CR016190, RENAVAM: 0047608947-6 EM NOME DE JAILSON JOSE DE SOUZA, quando se assustou com um animal que estava na pista, acionou os freios da motocicleta, porem perdeu o controle da mesma e caiu; Que foi socorrido pelo SAMU e encaminhado ao Hospital de Trauma de João Pessoa; Que no dia seguinte foi transferido para o Complexo Hospitalar de Mangabeira (TRAUMINHA); Que passou 11 dias internado e chegou a fazer uma cirurgia na perna direita; Que pretende ajuizar ação para receber o seguro DPVAT.

**PROVIDÊNCIAS ADOTADAS**

Registrado o BO e entregue uma via a noticiante.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, policial civil que o digitei.

*Jailson Jose de Souza*  
**JAILSON JOSE DE SOUZA**  
NOTICIANTE

*Daniel Bezerra do Nascimento*  
**Daniel Bezerra do Nascimento**  
Comissário de Polícia Civil  
Mat.: 168.316-1

COMPREV  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
09 ABR. 2019  
PROTOCOLO  
ÇÃO PESSOA







# RECEITUÁRIO MÉDICO - SUS

NOME: LAUDO MÉDICO

O Sr. Jailson José da  
Sousa, 44 anos, encontra-se  
em 04 meses de P.O.  
Furto cominativa na  
terça medial/distal da  
tibia e fíbula, pouca (D).

Deambula sem dor.  
Apresenta leve aumento de  
volume na tornozela (D)

Radiografias revelam  
furto fixado com  
bom alinhamento e consoli-  
dação da fratura.

Recebe alta hoje  
Retorna em um ano  
para reavaliar

Assinatura e Carimbo

04/06/19





Buscar no site

A  
COMPANHIASEGURO  
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-  
Atendimento)CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICASSALA DE  
IMPRENSATRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta



Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para a entrega final, que é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

**SINISTRO 3190267226 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** JAILSON JOSE DE SOUZA**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO** RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB**BENEFICIÁRIO** JAILSON JOSE DE SOUZA**CPF/CNPJ:** 04765356701**Posição em 09-05-2019 14:01:51**

O pedido de indenização está em análise na Seguradora Líder-DPVAT. O prazo regulamentar para conclusão do processo é de até 30 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
10/05/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

**Histórico das correspondências enviadas**

Data da Carta	Referência	Ver Carta
12/04/2019	Exigência Documental	 ( <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/kfDODhUBUgRnQaDZZpECUapi_key=V3mNyrFtVT9SUyUZRAIfq7Ek300+hQRqPu7bVymF8tg=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/kfDODhUBUgRnQaDZZpECUapi_key=V3mNyrFtVT9SUyUZRAIfq7Ek300+hQRqPu7bVymF8tg=</a> )
12/04/2019	Aviso de Sinistro	 ( <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/___z798Pr___vwsE7iOhDapi_key=V3mNyrFtVT9SUyUZRAIfq7Ek300+hQRqPu7bVymF8tg=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/___z798Pr___vwsE7iOhDapi_key=V3mNyrFtVT9SUyUZRAIfq7Ek300+hQRqPu7bVymF8tg=</a> )

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT

<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8><https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>

Scanned with CamScanner



Assinado eletronicamente por: ALEXANDRA CESAR DUARTE - 05/06/2019 11:29:58

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19060511295880300000021130112>

Número do documento: 19060511295880300000021130112

Num. 21751994 - Pág. 5





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
\_\_\_\_VARA REGIONAL DE MANGABEIRA.

**JUSTIÇA GRATUITA**

**JAILSON JOSE DE SOUZA**, brasileiro, divorciado, pedreiro, inscrito no RG sob o nº 1830796 SSP/PB e CPF de n.º 04765356701, residente e domiciliado na rua Projetada da XXXIX, sem n.º, Centro, Gurinhem/PB, CEP 58356-000 por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

Em face da **LIFE ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME**, empresa com sede à Rua Pedro Alves Sabino, nº 12, sala 101, Mangabeira, João Pessoa/PB, CEP 58.059-126, inscrita no CNPJ sob nº 21.408.739/0001-07,

**1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA**







Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 4ª VAF  
REGIONAL DE MANGABEIRA/PB.

**JUSTIÇA GRATUITA**

**EVERTON RAFAEL ARAUJO SOARES**, já devidamente qualificada nos autos da  
AÇÃO DE COBRANÇA no processo supra, vem, por meio dos advogados *in fine* assinados,  
respeitosamente à presença de Vossa Excelência, REQUERER O DESENTRANHEMANTO  
dos documentos anexados equivocadamente e requerer a juntada da documentação correta.

Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 05 DE JUNHO DE 2019.





**DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Av. João Machado, 399, Sala - 01, Centro, João Pessoa-Paraíba.  
83-998732-6361/ 83-99342-1170/ 83-3512-6361

**PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"**

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Everton Rafael Araujo Soares TELEFONE 98771-4893  
83-98837-3204  
ESTADO CIVIL Solteiro PROFISSÃO Autônomo  
CPF 083.321.394-65 RG 3308938 ENDEREÇO Dorm Adauto  
182, Popular Santa Rita.

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578**, e **ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438**, **ANITA NÁGILA DE SÁ CARDOSO, OAB/PB 14.178**, com escritório profissional sito à Avenida João Machado 399, sala 01, Centro, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

**GRATUIDADE JUDICIÁRIA**

***Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.***

SANTA RITA, 25 de AGOSTO de 2016.

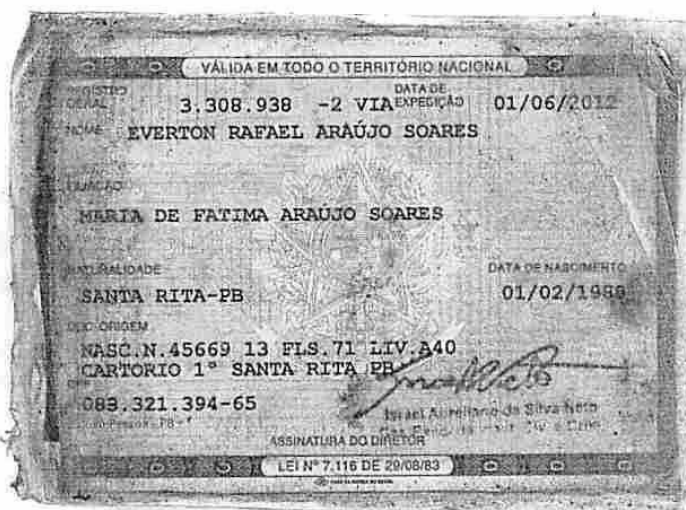
(OUTORGANTE) Everton Rafael Araujo Soares

















ROSIMARY SMITH DA SILVA SOARES  
RUA DOMA AUTO, 192 - POPULAR  
SANTARITA/PB CEP: 56301-200 (AG 1)



Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BARRA RENDA MONOFÁSICO - Br 220, Km 25 - Crato Redentor - João Pessoa/PB - CEP 56071-680  
Rótulo: 10 - 9 - 720 - 130 Referência: Jun/2017 CNPJ 000006183/0001-40 Ins. Est. 16.316.823-0  
Nº medidor: 00000044574 Emissão: 18/05/2017 Nota Fiscal / Co da de Energia Elétrica Nº 000.718.282  
Código de Verificação Automática: 0002225517

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a UC (Unidade Consumidora)

Jun/2017 Canal de contato

Apresentação Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

19/06/2017

Data prevista da próxima leitura

18/07/2017

CPF/ CNPJ/ RANI

6244782444

Pagamentos em atraso

24/05/2017 53,94

Histórico de Consumo (kWh)

Ma/17: 110

Abr/17: 119

Mar/17: 117

Fev/17: 107

Jan/17: 122

Dez/16: 111

Nov/16: 107

Out/16: 101

Sep/16: 101

Ago/16: 81

Jul/16: 88

Jun/16: 88

Med. dos últimos meses

RESERVADO AO FISCO

9af4.9e47.f80f.9d8b.108d.3f07.4b9d.2d1e.

Indicadores de Qualidade 4/2017 - Santa Rita

Limites da ANEEL Apurado Limite de Tensão (V)

DIC MENSAL 5,67 0,00 NOMINAL 220

DIC TRIMESTRAL 11,34 0,00

DIC ANUAL 22,68 0,00

FIC MENSAL 3,49 0,00

FIC TRIMESTRAL 6,97 0,00

FIC ANUAL 13,95 0,00

DMIC 3,49 0,00

DICRI 12,22 0,00

Composição do valor total da sua conta

Discriminação Valor (R\$) %

Serviço de Dist. de Energia PB 11,38 19,60

Compra de Energia 13,30 22,83

Serviço de Transmissão 0,78 1,34

Encargos Setoriais 4,10 7,54

Impostos Diretos e Indiretos 29,71 49,28

Outros Serviços 0,00 0,00

Total 58,25 100,00

Valor do EUSD (Ref. 1/2017) R\$ 14,06

RETRASO DE PAGAMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima mencionada(s) não seja(m) paga(s) até a data de vencimento, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 04/07/2017, conforme Resolução 414/04 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a obrigação da dívida, suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado e as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso a tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem. Fatura sujeita à inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento. Sua unidade foi faturada como Barra Renda, tendo um desconto de R\$22,01.









(//)

Buscar no site

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3170477575 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA EVERTON RAFAEL ARAUJO SOARES

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO EVERTON RAFAEL ARAUJO SOARES

CPF/CNPJ: 08332139465

Posição em 08-09-2017 16:18:20

Pedido de indenização cancelado.

## ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

## COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicinas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documento Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

## PAGUE SEGURO



Como Pagar (/Pages/Pague-Seguro.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

## ACOMPANHE O PROCESSO







## Re: Processo Cancelado



Escritório DPVAT

ter 12/09, 14:34

atende\_jpa (atendejpa@comprev.com.br) ▾



Responder a todos ▾

Itens Enviados

Ok, confirmarei a informação com cliente.

Grata.



Responder a todos ▾



Excluir

Lixo eletrônico ▾



Escritório DPVAT

Duarte e Silva Advogados Associados

De: atende\_jpa &lt;atendejpa@comprev.com.br&gt;

Enviado: terça-feira, 12 de setembro de 2017 13:33

Para: Escritório DPVAT

Assunto: Re: Processo Cancelado

Boa tarde!

Sinistro cancelado, tendo em vista que não se justifica a cobertura pleiteada, face ser a vítima o proprietário do veículo, para o qual a situação de pagamento do Seguro DPVAT se caracteriza como irregular.

Oportuno enfatizar que no presente caso, seria descabido o pagamento da indenização com posterior ação de regresso, o que resultaria na cobrança indenização.

NÃO CONSTATAMOS O PAGAMENTO DO SEGURO REFERENTE AO EXERCÍCIO EM QUE OCORREU O ACIDENTE.

Atenciosamente:

**Marcela Lima**

Atendente - Agência JPA

Tel.: (83) 3506-0966 / 3506-3967

atendejpa@comprev.com.br

De: Escritório DPVAT &lt;duarteesilvaadm@outlook.com&gt;

Enviado: segunda-feira, 11 de setembro de 2017 15:49









DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
1ª Superintendência Regional de Polícia Civil  
5ª Delegacia Seccional de Polícia Civil  
6ª Delegacia Distrital de Santa Rita



**POLÍCIA  
CIVIL**  
PARAÍBA



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**  
Secretaria de Estado da  
Segurança e da Defesa Social

## **CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 01007.01.2017.1.05.006**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01007.01.2017.1.05.006, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 10:35 horas do dia 23 de agosto de 2017, na cidade de Santa Rita, no estado da Paraíba, e nesta 6ª Delegacia Distrital de Santa Rita, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Pedro Martins dos Santos, matrícula 1332198, e lavrado por Jane Cleyde G. de O. C. Dantas, Agente de Investigação, matrícula 1820435, ao final assinado, compareceu **Everton Rafael Araujo Soares**, carteira nacional de trabalho nº 9052761 SÉRIE 0040/PB, CPF nº 083.321.394-65, RG nº 3308938 SSDS/PB, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Auxiliar de Almojarifado, filho(a) de Maria de Fátima Araujo Soares e Não Declarado, natural de Santa Rita/PB, nascido(a) em 01/02/1989 (28 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Dom Adauto, Nº 62, bairro Alto das Populares, tendo como ponto de referência Em Frente Ao Antigo Cais, na cidade de Santa Rita/PB, telefone(s) para contato (83) 98815-7521.

### **Dados do(s) Fatos:**

Local: Br 230, Em Frente à Água Mineral Platina Sentido João Pessoa/campina Grande., Santa Rita/PB, bairro [Indeterminado]; Tipo do Local: via fora do perímetro urbano (rodovia, estrada, etc); Data/Hora: 18/08/16 05:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**.

### **E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

QUE voltava do trabalho e conduzia sua moto em direção à sua residência; QUE nas proximidades da Água Mineral Platina, nesta cidade de Santa Rita/PB, sentido João Pessoa/Campina Grande, foi fechado por um veículo; QUE o notificante perdeu o controle e caiu; QUE foi socorrido pelo SAMU para o Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa/PB; QUE foi diagnosticado com POLITRAUMATISMO, CID 10 T06.8, conforme laudo médico assinado pelo médico Dr Juan Jaime Alcoba Arce, CRM 3323/PB; QUE a moto que conduzia era do tipo CICLOMOTOR /L13154, ano/modelo 2013/2014, de cor preta, placa nº QFY 3986/PB, chassi nº LXYXCBL07E0207875 de propriedade do próprio notificante (EVERTON RAFAEL ARAUJO SOARES).

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

Santa Rita/PB, 23 de agosto de 2017.

JANE CLEYDE G. DE O. C. DANTAS  
Agente de Investigação

EVERTON RAFAEL ARAUJO SOARES  
Noticiante

Procedimento Policial: 01007.01.2017.1.05.006









GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA



## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Everton Rafael Araujo Soares  
DATA DE NASCIMENTO 01/02/89  
NOME DA MÃE Maria de Fatima Araujo Soares

### DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 941190  
DATA DO ATENDIMENTO 18/08/16  
HORA DO ATENDIMENTO 06:26  
MOTIVO DO ATENDIMENTO Acidente de moto  
DIAGNÓSTICO (S) Politraumatismo  
CID 10 T06.8

### AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de acidente de moto, com queixa de dor em hemitórax esquerdo, cotovelo e quadril E, glasgow 15. Avaliado pela Traumatologia, Cirurgia geral.

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX tórax bacia, cotovelo E


### RESULTADOS DOS EXAMES:

RX: sem anormalidades.

### TRATAMENTO:

1º atendimento

ALTA HOSPITALAR: 18/08/16  
DATA DA EMISSÃO: 25/04/17

  
Dr. Juan Jaime Alcoba Arce  
CRM: 3323/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



11





Identificação do paciente		Nome		EVERTON RAFAEL ARAUJO SOARES		Data de nascimento		07/02/1989		Idade		27 anos 6 meses 17 dias		Estado civil		SOLTEIRO(A)		Religião		CATOLICA		Promitido		Sexo		Masculino							
Escritório		Médico		MARIA DE FATIMA ARAUJO SOARES		Médico		MEDIO INCOMPLETO		Telefone Móvel		988373204		Telefone Fixo		988157521		Número documento		3308938		Local de procedência		SANTA RITA		Email		SANTA RITA					
Endereço		Município de residência		SANTA RITA		UF		PB		Logradouro		PROFESSOR SEVERO RODRIGUES		Número		182		Admissão		Data e Hora		18/03/2016 06:26:50		Número da pulseira		1000005487713		Comissão		SUS			
Especialidade		Clínica		CLINICA TRAUMA E GERAL		Classificação de risco		Caráter de atendimento		Motivo do atendimento		ACIDENTE DE MOTOCICLETA		Debitos do acidente		QUEDA / OUTROS		Indicadores e Transporte		Caso policial		Plano de saúde		Não		Meio de transporte		SAMU		Sinais Vitais		PA	
Exames complementares		X		mmHg		Pulso		Temperatura		Dados clínicos		Razo X ( )		Sangue ( )		Urina ( )		TC ( )		Liquor ( )		ECG ( )		Ultrassonografia ( )		Diagnóstico		Atendido por		NILZA MARINHO DA SILVA			
Tempo		02min 58seg		CD		Imprimir																											

Boletim de Atendimento: 941190

ACOLHIMENTO, sn - - CNES: 123312 - Tel:

Hospital Estadual de Emergência e Trauma

Senador Humberto Lucas

GOVERNO DA PARAIBA

Cruz Vermelha Brasileira

http://172.16.0.5:8080/cvb/pages/boletimEmergencia.







## Primeiro Atendimento



### PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO

NOME DO PACIENTE:

IDADE:

100000407713  
EVERTON RAFAEL ARAUJO SOARES  
DT. NASC.: 01/02/1990  
MÃE: MARIA DE FÁTIMA ARAUJO SOARES

BE.: 941190

ATA:

### DADOS CLÍNICOS - MECANISMOS DO TRAUMA

Vítima de trauma de moto.

Refere que ficou sem consciência. Náusea, vômito.

Apresenta dor em base HTE e dor abdominal à palpação, sem sinais de peritonite.

Dor também em cotovelo E e quadril E.

### EXAME PRIMÁRIO

VIAS

AÉREAS ☒ Pervias ( ) Obstruídas

CERVICAL IMOBILIZADA: ( ) Sim ☒ Não

VENTILAÇÃO:

TRAQUEIA NA LINHA MEDIANA ☒ Sim ( ) Não

RESPIRAÇÃO ESPONTÂNEA ☒ Sem dificuldade

( ) Com dificuldade

( ) VENTILAÇÃO MECÂNICA

( ) APNÉIA

AUSCULTA PULMONAR:

1- MURMÚRIO VESICULAR

HTD: ☒ Presente e normal

( ) Rude

( ) Diminuído

( ) Ausente

HTE: ☒ Presente e normal

( ) Rude

( ) Diminuído

( ) Ausente

2- RUÍDOS

( ) sim

( ) não

HTD: Roncos

Sibilos

Estertores

HTE: Roncos

Sibilos

Estertores

FR: \_\_\_\_\_ imp SaO<sub>2</sub> \_\_\_\_\_ %

### CIRCULAÇÃO

COR DA PELE:

( ) Normal ( ) Pálida ( ) Cianótica

( ) Pletórica ( ) Ictérica

TEMPERATURA DA PELE

( ) Normal ( ) Quente ( ) Fria

PULSO

( ) Normal ( ) Aumentado

( ) Fino ( ) Ausente

AUSCULTA CARDÍACA

RÍTIMO

( ) Regular ( ) Irregular ( ) Ausente

BULHAS

( ) Normatonéticas ( ) Hipofonéticas

( ) Hipofonéticas ( ) Ausente

SOPRO

( ) Presente ( ) Ausente

BE OU B4

( ) Sim ( ) Não

FC: \_\_\_\_\_ bpm PA: \_\_\_\_\_ X \_\_\_\_\_ mmHg T: \_\_\_\_\_ °C

ECG:

ABDOMEN:

Dóres, doloroso à palpação, sem sinais de peritonite.

### DÉFICIT NEUROLÓGICO

Pupilas: ( ) Fotorreagente ( ) Paralisadas ( ) Isocóricas ( ) Anisocóricas (diferença = \_\_\_\_\_ mm)

Escala de Glasgow:

ABERTURA OCULAR		MELHOR RESPOSTA VERBAL ESCALA VERBAL PEDIÁTRICA (<4anos)		MELHOR RESPOSTA MOTORA	
Espontânea	4	Consciente / Palavras apropriadas, sorriso social, fixa e segue objetos	5	Obedece aos comandos	6
A solicitação verbal	3	Confuso / Chora, mas é consolável	4	Localiza a dor	5
Ao contínuo estímulo	2	Palavras inapropriadas / Irritado (persistente)	3	Retira o Membro	4
Nenhuma	1	Sons incompreensíveis / Inquieto	2	Flexão anormal (decorticação)	3
		Nenhuma / Nenhuma	1	Extensão Anormal (decerebração)	2
				Nenhuma	1
TOTAL: 15					

F(NG).CC.001-1

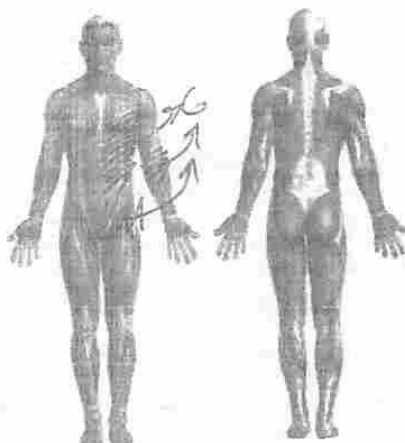


## EXAME SECUNDÁRIO

ALERGIA: ☒ Não ( ) Sim: \_\_\_\_\_  
 MEDICAMENTOS: ☒ Não ( ) Sim: \_\_\_\_\_  
 IMUNIZAÇÃO: ☒ Não ( ) Sim: \_\_\_\_\_  
 PATOLOGIA: ☒ Não ( ) Sim: \_\_\_\_\_  
 AUMENTOS INGERIDOS: ( ) Não ( ) Sim: \_\_\_\_\_

## LOCAL DA LESÃO

Identifique o local com o número correspondente ao lado →



- |                        |                                 |
|------------------------|---------------------------------|
| 1 Abrasão              | 19 Fratura Óssea Fechada        |
| 2 Amputação            | 20 Fratura Óssea Aberta         |
| 3 Avulsão              | 21 Hematoma                     |
| 4 Contusão             | 22 Ingurgitamento Nervoso       |
| 5 Crepitação           | 23 Laceração                    |
| 6 Dor                  | 24 Lesão Tendínea               |
| 7 Edema                | 25 Luxação                      |
| 8 Empalamento          | 26 Mordedura                    |
| 9 Efisema subcutâneo   | 27 Movimento torácico paradoxal |
| 10 Esmagamento         | 28 Objeto Encravado             |
| 11 Equimose            | 29 Otorragia                    |
| 12 F. Arma Branca      | 30 Paralisia                    |
| 13 F. Arma de Fogo     | 31 Paresia                      |
| 14 F. Contuso          | 32 Parestesia                   |
| 15 F. Cortante         | 33 Queimadura                   |
| 16 F. Corto-Contuso    | 34 Rinorragia                   |
| 17 F. Perfuro-Contuso  | 35 Sinais de Isquemia           |
| 18 F. Perfuro-Cortante | 36                              |

OBS.:

## QUEIMADURA:

Superfície corporal lesada (regra da palma%) \_\_\_\_\_ % Graus de queimadura: ( ) 1º grau ( ) 2º grau ( ) 3º grau

## EXAMES SOLICITADOS

☒ Radiografias ( ) Lavado peritoneal  
☒ Ultrassonografia (FAST) ( ) Gasometria arterial  
☐ Tomografia computadorizada ( ) Tipagem sanguínea

## PROCEDIMENTOS REALIZADOS

CONDUTAS E PROCEDIMENTOS		CÓDIGO	ASSINATURA E CARIMBO
1	Atendimento inicial		
2			
3	Diphona 1g + AD, EV	06/10	 Dr. Alexandre Cesar Duarte CRM 10.894
4	SK 500mg EV	06/10	
5	Tetragamma 250 UI IM.	06/10	
6			
7			
8			
9			
10			

## SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO

Solicito parecer da \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_ do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Solicito parecer da \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_ do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## DESTINO DO PACIENTE

DATA \_\_\_\_\_  
 DA \_\_\_\_\_  
 SAÍDA \_\_\_\_\_  
 HORAS: \_\_\_\_\_  
☐ Centro cirúrgico  
☐ Transferência (unidade de saúde)  
☐ Internado (setor)  
☐ Alta hospitalar. ( ) Decisão médica ( ) A pedido ( ) A reavalia ( ) Desistência  
☐ SVO ( ) Até 48 hs. ( ) Após 48 hs. ( ) Família ( ) JIML ( ) SVO

Dr. Alexandre Cesar Duarte  
 Ortopedia  
 ASSINATURA E CARIMBO

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL

F(NG).CC.001-1





## AValiação DE ENFERMAGEM

NOME DO PACIENTE:		END.: PROFESSOR SEVERO RODRIGUES N. 122 - POPULAR SANTA RITA FONE: (83) 998187921 CELULAR: (83) 998373284 IDADE: 27 DT. ENTRADA:		SE.: 941190 EVERTON RAFAEL ARAUJO SOARES DT. NASC.: 01/02/1999 MÃE: MARIA DE FÁTIMA ARAUJO SOARES	
PROCEDÊNCIA:	<input type="checkbox"/> Domicílio	<input type="checkbox"/> Ambulância de resgate	<input type="checkbox"/> Polícia		
TIPO DE ACIDENTE:	<input type="checkbox"/> Moto	<input type="checkbox"/> Automóvel	<input type="checkbox"/> Ônibus	<input type="checkbox"/> Bicicleta	<input type="checkbox"/> Arrojamento
	<input type="checkbox"/> Envenenamento	<input type="checkbox"/> Incêndio	<input type="checkbox"/> Explosão	<input type="checkbox"/> Arma de Fogo	<input type="checkbox"/> Arma branca
	<input type="checkbox"/> Outros: _____				
TIPO DE LESÃO:	<input type="checkbox"/> Fratura fechada	<input type="checkbox"/> Ferimento aberto	<input type="checkbox"/> Esmagamento	<input type="checkbox"/> Laceração	<input type="checkbox"/> Queimadura
	<input type="checkbox"/> Mordedura	<input type="checkbox"/> Objeto encravado	<input type="checkbox"/> Ferimento contínuo	<input type="checkbox"/> Amputação membro	<input type="checkbox"/> Outros: _____
LOCAL DA LESÃO:	<input type="checkbox"/> Membros sup. <input type="checkbox"/> Membros inf. <input type="checkbox"/> Tronco <input type="checkbox"/> Cabeça e pescoço <input type="checkbox"/> Outros: _____				
DADOS CLÍNICOS (sintomas)					
DATA DE INÍCIO DOS SINTOMAS: / /					
EXAME FÍSICO	PA: ____ / ____ mmHg	P: ____ bpm	SpO2: ____	Tax: ____	
Sistema Neurológico:					
Nível de Consciência: <input type="checkbox"/> Consciente <input type="checkbox"/> Inconsciente <input type="checkbox"/> Orientado <input type="checkbox"/> Desorientado					
Avaliação das pupilas: Simetria: <input type="checkbox"/> Isocóricas <input type="checkbox"/> Anisocóricas Tamanho: <input type="checkbox"/> Midríase <input type="checkbox"/> Miose					
Sistema Respiratório:					
<input type="checkbox"/> Ventilação invasiva <input type="checkbox"/> Ventilação espontânea <input type="checkbox"/> Vias aéreas pervias					
<input type="checkbox"/> Traqueostomia <input type="checkbox"/> Respiração rápida <input type="checkbox"/> Obstrução parcial das vias aéreas					
<input type="checkbox"/> Respiração ruidosa <input type="checkbox"/> Suporte ventilatório não invasivo <input type="checkbox"/> Obstrução total das vias aéreas					
Sistema Circulatório:					
<input type="checkbox"/> Pulso ausente <input type="checkbox"/> Pele fria e úmida <input type="checkbox"/> Perfusão tissular satisfatória					
<input type="checkbox"/> Taquicardia <input type="checkbox"/> Bradicardia <input type="checkbox"/> Perfusão tissular comprometida					
<input type="checkbox"/> Palidez <input type="checkbox"/> Outros: _____					
Sistema Digestório:					
<input type="checkbox"/> HDA <input type="checkbox"/> Uso de SNG <input type="checkbox"/> Vômitos <input type="checkbox"/> Dor à palpação superficial					
<input type="checkbox"/> HDB <input type="checkbox"/> Corpo estranho <input type="checkbox"/> Dor à palpação profunda					
Outros: <input type="checkbox"/> Rigidez abdominal <input type="checkbox"/> Distensão abdominal					
Sistema Genito-urinário: <input type="checkbox"/> Disúria <input type="checkbox"/> Hematúria <input type="checkbox"/> Oligúria <input type="checkbox"/> Poliúria <input type="checkbox"/> SVD <input type="checkbox"/> Outros: _____					
HISTÓRICO CLÍNICO E CIRÚRGICO: <input type="checkbox"/> Hipertensão <input type="checkbox"/> Diabetes <input type="checkbox"/> Câncer <input type="checkbox"/> Alergias <input type="checkbox"/> Cirurgias					
<input type="checkbox"/> Internações <input type="checkbox"/> Outros: Especificar: _____					
USO DE MEDICAÇÃO? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Especificar: _____					
HORÁRIO DA ÚLTIMA REFEIÇÃO: _____					
IMUNIZADO CONTRA O TÉTANO? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não					
OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES: 18.08.16 (06h45') - Paciente vítima de acidente/moto - e/HD: trauma/quadril E; encaminhado ao CDI (Rox + FAST); diag. AV. ORTO. EGR, COTE;					
F. _____ M. _____ D. _____ P. _____					
DESTINO:	ENFERMEIRO:		COREN:		

F(NG)ENF.022-1



Assinado eletronicamente por: ALEXANDRA CESAR DUARTE - 05/06/2019 11:41:43

<http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19060511414353600000021130438>

Número do documento: 19060511414353600000021130438







Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
\_\_\_\_VARA REGIONAL DE MANGABEIRA/PB.

**JUSTIÇA GRATUITA**

EVERTON RAFAEL ARAUJO SOARES, brasileiro, solteiro, inscrito no RG sob o nº 3308938 SSDS/PB e CPF de n.º 083.321.394-65, residente e domiciliado na Rua Dom Adalto, 182, Popular, Santa Rita/**PB**, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

Em face da **LIFE ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME**, empresa com sede à Rua Pedro Alves Sabino, nº 12, sala 101, Mangabeira, João Pessoa/PB, CEP 58.059-126, inscrita no CNPJ sob nº 21.408.739/0001-07,





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

## **1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA**

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente está sendo representado em juízo por advogado particular, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido, nesse sentido brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

**“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.**

### **1.2 – DO FORO**

As vítimas de acidentes de trânsito agora podem optar por acionar judicialmente a seguradora para pedir a indenização do seguro Dpvat de acordo com a cidade em que for mais conveniente. Segundo decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a competência para decidir sobre o caso pode ser **DA JUSTIÇA DO LOCAL DO ACIDENTE, DA CIDADE ONDE MORA O REQUERENTE OU DE ONDE MORA O RÉU.**

A recentíssima Súmula 540 do STJ assenta que *"Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu"*

**Ementa**  
**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL**  
**REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC.**  
**AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO**  
**OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR**  
**VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT.**  
**DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR**  
**NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO**  
**DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO**  
**ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO**  
**ÚNICO, DO CPC. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: Em ação de**  
**cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro**







Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma). 2. No caso concreto, recurso especial provido. Processo nº REsp 1357813**

### **DA NEGATIVA ADMINISTRATIVA**

Importante frisar que a vítima, antes de ingressar com a presente ação judicial tentou receber o seguro DPVAT através da seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, quando foi gerado o número de sinistro. Acontece, Excelência, que é uma prática da seguradora obstaculizar de todas as formas o recebimento do prêmio, deprecando vasta documentação diversa daquela exigida em lei.

Informamos que o processo administrativo, assim como o judicial, foi instruído com os seguintes documentos: procuração, Certidão de Atendimento do Hospital comprovando o nexo de causalidade, Boletim de Ocorrência Policial, demais laudos referentes ao acidente, além de toda documentação pessoal.

Desta forma, resta claro que o processo administrativo foi letrado com todos os documentos exigidos pela lei 6.194/74 para recebimento de seguro DPVAT:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

...

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário - no caso de morte;

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992) (Vide Medida nº 340, de 2006)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça



da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

...

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

O intuito do Autor era de resolver o processo em sede administrativa, mas infelizmente a promovida alegou que havia documentação pendente e não deu prosseguimento ao pagamento do seguro DPVAT que tem direito toda vítima de acidente de trânsito que tenha suportado debilidade e consequente invalidez permanente.

Não cabe qualquer alegação por parte da seguradora de falta de submissão a instância administrativa, haja vista ter sido esgotado todos os caminhos pela esfera administrativa. No caso em tela, o Autor foi obrigado a ingressar com ação judicial para poder receber o seguro ao qual tem direito.

Dito, não cabe no presente processo qualquer tipo de extinção por falta de submissão a instância administrativa.

## **2) DOS FATOS**

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido A promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em 18/08/2016, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve **POLITRAUMATISMO** que o deixou com permanente debilidade funcional afetado, o que o torna beneficiário do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

Ocorre que, a Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, asseguram o recebimento de indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não, notadamente nos casos de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Diante desses fatos, resta ao requerente ingressar na justiça para fazer valer o seu direito.

### **3) DO DIREITO**

#### **3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM**

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS S.A**

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO  
(DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer**





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)**

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o pólo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

### **3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa**

Não a cadencia no que tange a ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim.

Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas, sem ensejar carência de ação, para obter-se o provimento judicial.

### **3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL**

**No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.**

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a







Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

### **3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

**“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)**

Reforçando a idéia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

**“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).**

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas conseqüências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.**





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

### **3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO**

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

**“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vítima:**  
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

### **4) DA POSTULAÇÃO**

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

1. Ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
2. A concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as despesas e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

3. A designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015;
4. Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar a Promovente o valor de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais) de acordo com o artigo 5º, §1º, da lei nº. 6.194/74, devidamente alterado pela lei nº 11.482, acrescidos de juros e correção monetária;
5. **Que seja designado perito judicial, com intuito de realização de avaliação médica especializada conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;**
6. Ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20 (vinte) %, sobre o valor da causa, em caso de recurso.
7. Por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.450,00

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 05 DE JUNHO de 2019.

**JOSÉ EDUARDO DA SILVA**  
**OAB/PB 12.578**

**ALEXANDRA CESAR DUARTE**





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**OAB/PB 14.438**

**MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA**  
**OAB/PB 17.295**

### **QUESITOS**

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?







Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente acometido?

## ANEXO

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	



Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	100
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

0804791-29.2019.8.15.2003

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: EVERTON RAFAEL ARAUJO SOARES

DENUNCIADO: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

---

DESPACHO

---

**Defiro** a gratuidade processual.

**Designo** audiência de conciliação, instrução e julgamento (UNA) para o dia **14 de Agosto de 2019, às 16:10h**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

**Cite-se e intime-se** a parte ré. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvt somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.



Para tanto, **nomeio** a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se **no dia 14/08/2019, às 16h10min**, seguida de **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.

**Intime-se** a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos [pauloleite@seguradoralider.com.br](mailto:pauloleite@seguradoralider.com.br) e [philipe.rocha@seguradoralider.com.br](mailto:philipe.rocha@seguradoralider.com.br) e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do CPC).

**Intimem-se** as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

**CUMPRADO COM URGÊNCIA.**

João Pessoa, 01 de julho de 2019

Juiz(a) de Direito







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

0804791-29.2019.8.15.2003

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: EVERTON RAFAEL ARAUJO SOARES

DENUNCIADO: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

---

DESPACHO

---

**Defiro** a gratuidade processual.

**Designo** audiência de conciliação, instrução e julgamento (UNA) para o dia **14 de Agosto de 2019, às 16:10h**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

**Cite-se e intime-se** a parte ré. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvt somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.



Para tanto, **nomeio** a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se **no dia 14/08/2019, às 16h10min**, seguida de **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.

**Intime-se** a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos [pauloleite@seguradoralider.com.br](mailto:pauloleite@seguradoralider.com.br) e [philipe.rocha@seguradoralider.com.br](mailto:philipe.rocha@seguradoralider.com.br) e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do CPC).

**Intimem-se** as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

**CUMPRAM COM URGÊNCIA.**

João Pessoa, 01 de julho de 2019

Juiz(a) de Direito





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DA CAPITAL**

---

**4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB  
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA (PARTE AUTORA)**

**Nº DO PROCESSO: 0804791-29.2019.8.15.2003**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: EVERTON RAFAEL ARAUJO SOARES

DENUNCIADO: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Regional de Mangabeira, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte autora:  
**Nome: EVERTON RAFAEL ARAUJO SOARES**  
**Endereço: Rua Projetada da XXXIX, s/n - Centro - Gurinhém (PB)**  
para comparecer na audiência designada:

**Tipo: Una Sala: Sala de Audiências da 4ª Vara Regional Mangabeira Data: 14/08/2019 Hora: 16:10 .**

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro DPVAT somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder. Para tanto, nomeio o médico **Rosana Bezerra Duarte de Paiva**, perita nos presente autos, estando ele já ciente da nomeação e data e horário da perícia. Poderão as partes, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de quinze dias.



Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

João Pessoa/PB, 5 de julho de 2019.

De ordem, SILVANA DE CARVALHO FERREIRA  
Analista Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DA CAPITAL**

---

**4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB  
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

**MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA (PARTE PROMOVIDA)**

**Nº DO PROCESSO: 0804791-29.2019.8.15.2003**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: EVERTON RAFAEL ARAUJO SOARES

DENUNCIADO: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Regional de Mangabeira, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite e intime a parte promovida:  
**Nome: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME**  
**Endereço: R PEDRO ALVES SABINO, 12, 101, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB -**  
**C E P : 5 8 0 5 9 - 1 2 6**

para comparecer na audiência designada:

**Tipo: Una Sala: Sala de Audiências da 4ª Vara Regional Mangabeira Data: 14/08/2019 Hora: 16:10 .**

**Defiro** a gratuidade processual.

**Designo** audiência de conciliação, instrução e julgamento (UNA) para o dia **14 de Agosto de 2019, às 16:10h**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

**Cite-se e intime-se** a parte ré. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência





injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvat somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, **nomeio** a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se **no dia 14/08/2019, às 16h10min**, seguida de **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.

**Intime-se** a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos [pauloleite@seguradoralider.com.br](mailto:pauloleite@seguradoralider.com.br) e [philipe.rocha@seguradoralider.com.br](mailto:philipe.rocha@seguradoralider.com.br) e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do CPC).

**Intimem-se** as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos.

**A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (cópia da petição inicial).



João Pessoa/PB, 5 de julho de 2019.

De ordem, SILVANA DE CARVALHO FERREIRA  
Analista Judiciário

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL) ACESSE O LINK:** Num. 21751996 - Pág. 2 Assinado eletronicamente por: ALEXANDRA CESAR DUARTE - 05/06/2019 11:29:58  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19060511295892900000021130114>  
Número do documento: 19060511295892900000021130114



## CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, DEIXEI de dar inteiro cumprimento ao mandado retro, tendo em vista não haver os dados necessários ao seu fiel cumprimento, ou seja, ausência de nome de rua, bairro, bem como a falta de referências importantes que facilitem a diligência, quais sejam, ponto de referência e apelido/alcunha.

Diante dos fatos, devolvo o presente mandado nos termos do inciso II, art. 5º da Resolução nº 36/2013 do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Gurinhém/PB, 09 de julho de 2019.

Ivan Jackson Batista de Oliveira  
Oficial de Justiça  
Matr. 474.979-1



## CERTIDÃO

Certifico que, deixei de cumprir o mandado, em vista de ter constatado, que o mesmo não se endereça a Comarca de Gurinhém, dessa forma devolvo o mandado, para os devidos fins. Dou fé.



## CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que dei inteiro cumprimento ao presente mandado retro, dirigi-me ao endereço mencionado, e lá estando, após as formalidades legais, procedi com a citação e intimação da parte indicada. LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA, através da Senhora. DALITA SANDRA LIMEIRA SOUZA, conforme constar neste mandado a sua assinatura. Dou fé.

11 de julho de 2019

HUMBERTO BEZERRA CAVALCANTI





Successfully created



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DA CAPITAL

**4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB  
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

**MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA (PARTE PROMOVIDA)**

Nº DO PROCESSO: 0804791-29.2019.8.15.2003  
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
AUTOR: EVERTON RAFAEL ARAUJO SOARES

DENUNCIADO: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Regional de Mangabeira, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite e intime a parte promovida:

Nome: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

Endereço: R PEDRO ALVES SABINO, 12, 101, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58059-126

para comparecer na audiência designada:

Tipo: Una Sala: Sala de Audiências da 4ª Vara Regional Mangabeira Data: 14/08/2019 Hora: 16:10 .

Defiro a gratuidade processual.

**Designo** audiência de conciliação, instrução e julgamento (UNA) para o dia **14 de Agosto de 2019, às 16:10h**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

**Cite-se e intime-se** a parte ré. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

1 de 3 Walita Sandrine L. Souza Dias  
11.07.2019 Recebida  
CPF: 064.545.874-90

08/07/2019 14:52

